

**“Aqui não temos gays nem lésbicas”:
estratégias discursivas de agentes públicos
ante medidas de promoção do reconhecimento
da diversidade sexual nas escolas**

*“There are no gay and lesbian people here”:
Public officers' strategies of denial towards
acknowledgment of sexual diversity in schools*

Rogério Diniz Junqueira

*Doutor em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas
(Universidades de Milão e Macerata – Itália)*

*Assessor Técnico da Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (2004-2008)*

*Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
rogerio.junqueira@inep.gov.br*



Resumo

O artigo propõe uma análise das estratégias discursivas adotadas por agentes públicos colocados diante de propostas voltadas a promover o reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Ao problematizar argumentos e perquirir modos de interpelação de matrizes de enunciações, observa-se que tais estratégias, nos contextos aqui analisados, não apenas reverberam ditames da heteronormatividade, mas também revelam um “estado de negação” em relação às iniquidades geradas pela homofobia e pelo heterossexismo.

Palavras-chave: Homofobia; Heteronormatividade; Negação; Estratégias Discursivas; Políticas Públicas; Educação.

Abstract

This article considers to analyze the denial strategies adopted by public officers towards acknowledgement of sexual diversity at schools proposals. After setting the arguments and investigating interpellation ways of matrices of enunciations, it is observed that the mentioned strategies, on these specific analyzed contexts, not only reflect rules of the heteronormativity, but also reveal a “denying state” on relation to the devilties generated by homophobia and heterosexism.

Keywords: Homophobia; Heteronormativity; Denial; Discursive Strategies; Public Policy; Education.

Apresentação

No presente artigo, analiso estratégias discursivas adotadas por agentes públicos colocados diante de propostas voltadas a promover o reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Ao problematizar argumentos e perquirir modos de interpelação de matrizes de enunciações, observo que tais estratégias, nos contextos aqui analisados, não apenas reverberam ditames da heteronormatividade, mas também revelam um “estado de negação” em relação às iniquidades geradas pela homofobia e pelo heterossexismo.

Inicialmente, vale lembrar que, em cenários caracterizados por fortes embates em torno dos direitos humanos, não surpreende que aqueles que aderem à “cultura dos direitos” nem sempre se mostram dispostos a fazer um diálogo mais aprofundado ou a adotar medidas que favoreçam o avanço dos direitos sexuais. Tais atores revelam uma indisposição que parece ser mais alta quanto mais os direitos sexuais são pensados a partir de pressupostos plurais, ou seja, ensejando a construção e a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento de preconceitos e de discriminações por orientação sexual e identidade de gênero, bem como a desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam e estigmatizam identidades e práticas sexuais.

Essa indisposição, mais do que uma indiferença, uma resistência ou uma simples recusa, expressa uma “negação” (FREUD, 1925 [1987]), voltada a preservar intacto todo um quadro de opressão cujos centros gravitacionais são a “masculinidade hegemônica” (CONNELL, 2005) e a heteronormatividade (WARNER, 1993). Uma negação que, não raro, pode configurar uma espécie de reação em contraposição a qualquer esforço em favor do “direito democrático à sexualidade” (RIOS, 2006) e do reconhecimento dos “sujeitos da política sexual” (CORREIA, 2006).

Em algumas situações, em virtude de um possível cálculo de que uma manifestação explicitamente contrária ao reconhecimento da diversidade sexual possa conduzir a uma perda política ou produzir algum embaraço entre bem-pensantes¹, a estratégia comumente adotada é a da *concordância infrutífera*. Por meio desta, expressa-se um aparente consenso em relação à necessidade de se enfrentar a heteronormatividade (e, aí, a homofobia)² que, no entanto, além de geralmente ter como principal efeito a interrupção do fluxo da conversação,

¹ Tomo de empréstimo do italiano o termo *benpensante*, por vezes usado com ironia, em referência a indivíduos que creem se distinguir dos demais por procurarem jamais se afastar das normas estabelecidas.

² Para uma breve reflexão sobre o conceito de homofobia e seus limites, cf. Junqueira (2007a). Sobre heteronormatividade, homofobia e escola, vide estudos de diversos autores/as em Junqueira (2008).

não desdobra nenhuma medida efetiva. De algum modo, deve também servir para amainar a *mauvaise conscience*, especialmente no caso daqueles que preferem acreditar que já fazem muito quando não atrapalham tanto.

Ainda não é muito difícil encontrar expoentes defensores dos direitos humanos reticentes (ou até hostis) à ideia de incorporar em suas agendas o reconhecimento da diversidade sexual como expressão legítima, por meio da qual se problematizariam sexismo, misoginia e homofobia³. Respalgadas por um arsenal socialmente difuso de preconceitos⁴, algumas dessas pessoas se sentem confortáveis ao manter suas posições em nome dos “valores tradicionais” ou dos “princípios defendidos pela maioria”⁵. Ora expostas nitidamente, ora camufladas pela ambiguidade ou expressas por meio de um silêncio cúmplice, tais posições lhes permitem se refrescarem em uma gigantesca bacia de Pilatos.

Com previsível facilidade, sentimentos difusos e desconexos em relação às homossexualidades e a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI) podem se transformar em férreas convicções e desencadear ações concretas contra esses sujeitos. De fato, o Brasil mantém um dos mais altos índices de assassinatos de matriz homofóbica⁶ sem que isso suscite clamor público de idênticas proporções, tendo só recentemente tal situação começado a receber alguma atenção por parte de políticas públicas não circunscritas apenas à esfera da saúde. Não sem razão, o campo da educação tem sido apontado como um dos mais estratégicos (JUNQUEIRA, 2007b, 2007c)⁷.

No entanto, mesmo diante dessa situação de inegável gravidade, certas mentes bem-pensantes se arriscam a externar oposição à adoção de

³ Basta percorrer algumas importantes publicações ou documentos sobre os direitos humanos para se constatar a ausência patente da temática da diversidade sexual nesse campo. Embora a noção de diversidade sexual inclua tanto LGBTI (que segundo os contextos poderão receber outras categorizações) quanto trabalhadores(as) sexuais, aqui não me refiro a esses últimos sujeitos em função de cuidar, neste artigo, apenas das tomadas de posição de agentes públicos quanto à implementação do Programa Brasil Sem Homofobia.

⁴ Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, no Brasil, o índice de repulsa contra homossexuais somente é menor do que aqueles contra ateus e contra usuários de drogas, chegando a ser oito vezes mais alto do que em relação a negros e a idosos (VENTURI, 2008).

⁵ O argumento da “maioria” parece ser aí decisivo. Felizmente, não é assim nos casos de debates sobre pena de morte ou redução da idade de responsabilidade penal. Ali, esses defensores dos direitos humanos têm demonstrado coragem cívica para contrastar as opiniões majoritárias.

⁶ É preciso que se dê maior atenção para os nexos entre a violência homofóbica e o quadro de agressões contra as mulheres: são ambas violências de gênero de inequívoca raiz heteronormativa.

⁷ A homofobia faz parte de nossas rotinas escolares. Ela é consentida e ensinada nas nossas escolas (LOURO, 2004a; 2004b). Pesquisas realizadas em 2002 pela Unesco revelaram uma inegável presença de homofobia nas escolas brasileiras (UNESCO, 2004; ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Em outras pesquisas, realizadas em diversas Paradas do Orgulho LGBT, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras capitais, a escola comparece como o primeiro ou o segundo pior espaço institucional de mais marcada manifestação homofóbica. (CARRARA; RAMOS, 2005; CARRARA et al., 2006; PRADO et al., 2006).

medidas educacionais antidiscriminatórias e promotoras da diversidade sexual. Nesses momentos, diversas estruturas argumentativas e estratégias discursivas podem ser acionadas por pessoas atentas a não fazerem nítidos discursos homofóbicos ou a não assumirem posturas francamente heterossexistas. Sem jamais externarem apaixonada hostilidade homofóbica, muitos se sentem bastante confortáveis por já demonstrarem certa destreza no uso litúrgico do “politicamente correto”⁸.

Trata-se de uma variedade de situações em que determinadas figuras comumente associadas ao pensamento crítico e progressista se mostram dispostas a adotar posições que evidenciam a interpelação de um feixe de matrizes de enunciações que as colocam em sintonia com uma direita moral⁹ – indiscutivelmente homofóbica. São discursos e estratégias que, de toda sorte, deixam transparecer um *estado de denegação*¹⁰ em relação à sexualidade, à diversidade sexual e aos sofrimentos e às iniquidades geradas pelo sexismo e pela homofobia¹¹.

⁸ Para uma crítica do “politicamente correto”, cf. Eco (2000).

⁹ Direita moral não coincide necessariamente com o que historicamente nos avezamos a denominar direita. Tampouco a agenda da promoção da diversidade encontra suporte sempre ou somente entre os(as) que nos habituamos a chamar de esquerda. Ademais: “Os movimentos de defesa dos direitos das minorias não são contestados apenas pelos conservadores, nem se identificam em bloco, necessariamente, com ideologias tradicionalmente classificadas como de ‘esquerda’. Dividem-se, internamente, e são contestados, muitas vezes, por seus próprios parceiros da esquerda. Há grupos que se autoproclamam simultaneamente homossexuais e conservadores. Há, por ex., a seção gay do partido republicano, nos Estados Unidos. A presença do Prefeito Giuliani [na Parada], um republicano heterossexual, mostra que as alianças tecidas pela comunidade gay atravessam todo o espectro político – assim como demonstra a importância dessa comunidade. [...] Por outro lado, os movimentos das minorias, agentes da chamada ‘política da identidade’, são criticados à esquerda do espectro político, por aqueles que os consideram despolitizados, cooptados, instrumentalmente úteis à reprodução do domínio de classe e divisionistas” (SOARES, 2001, s. p.).

¹⁰ Freud utiliza dois termos diferentes para “negação”: *Verleugnen* (geralmente reservado para designar a recusa da percepção de um fato que se impõe no mundo exterior) e *Verneinung* (também traduzido como “denegação” ou “negativa”), refere-se ao processo pelo qual o sujeito, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos até então recalcados, continua a defender-se dele negando que lhe pertença). “A negativa (*Verneinung*) constitui um modo de tomar conhecimento do que está sendo reprimido; com efeito, é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. [...] Negar (*Verneinen*) algo em um julgamento é no fundo dizer: ‘Isso é algo que eu preferiria reprimir’” (FREUD, 1925 [1987, p. 296]). Cf. ainda: HANNS (1996, p. 303-323), LAPLANCHE (2000, p. 293-294, p. 436-438). Para os analistas do discurso, a noção de negação pode carregar certa ambigüidade e relacionar-se à interdiscursividade e a universos polifônicos de enunciação. Afinal, até mesmo uma *negação descritiva* pode não apenas “descrever um estado de coisas”, mas também envolver contestação ou oposição a asserções anteriores (explícitas ou não), aproximando-se do que se costuma chamar de *negação polêmica* (MAINGUÉNEAU, 1989, p. 82-84), pois se dá em rejeição e em contradição em relação a um enunciado. Talvez por isso Norman Fairclough (2001, p. 156-157) afirme que as negativas são frequentemente usadas com finalidades polêmicas. Com efeito, o enunciado “Eu não sou homofóbico!” não constitui uma simples descrição, mas pressupõe uma proposição contrária, que também funciona intertextualmente. O autor observa ainda que mesmo frases que não sejam gramaticalmente negativas podem sê-lo semanticamente. “A violência homofóbica é um mito” pode ser a paráfrase de “Não existe violência homofóbica”.

¹¹ Chamo a atenção para a necessidade de se procurar não associar todo desinteresse, descuido, ignorância, inépcia ou incompetência à homofobia ou a outra forma de preconceito ou discriminação. Insistir em ver homofobia em todas as situações genericamente desfavoráveis a homossexuais e transgêneros comporta enfraquecer radicalmente o conceito.

No presente trabalho, procuro apresentar e analisar alguns fragmentos discursivos em que tais estratégias se evidenciam na fala de gestores e agentes públicos do campo da educação. Servidores públicos, de carreira ou não, cujas posições e atribuições nos Sistemas e Ensino (nas três esferas federativas) lhes permitem ou permitiriam tomar decisões capazes de incidir, em diferentes graus, na definição de políticas mais abrangentes ou de um conjunto de ações mais localizadas. Os discursos aqui estudados provêm em sua maioria de agentes que se auto-objetivam como pertencentes ao “setor progressista”. Todos invariavelmente “favoráveis a um modelo de educação inclusiva”; muitos deles “cientes” dos compromissos do governo federal e de diversos governos estaduais e municipais em relação ao Programa Brasil Sem Homofobia¹².

Como são discursos inevitavelmente dotados de interdiscursividade¹³, atravessados por outros em livre circulação, seus argumentos não são exclusivos de tais agentes públicos e podem assemelhar-se a outros encontrados em situações diversas. No entanto, é interessante observar que, embora não sejam discursos e argumentações sobre os quais vigore alguma norma que proíba a sua divulgação, eles dificilmente se evidenciam em documentos da Administração Pública (tais como atas, pareceres, ofícios etc.) e tampouco costumam ser explicitados por tais agentes em artigos de jornais ou em qualquer outro espaço de confrontação pública.

Procuro aqui agrupar, sintetizar e problematizar uma série de argumentos colhidos entre 2005 e 2008, em situações de *petit comité*, reuniões, trabalhos em comissões de que participei ao lado de agentes públicos de médio e médio-alto escalão das três esferas de governo, momentos em que observei, por parte deles, a recorrente busca de artifícios retóricos para se justificar a não adoção de medidas de reconhecimento da diversidade sexual e de enfrentamento da homofobia nas escolas. As estratégias predominantes identificadas constituem um repertório de linhas de ação¹⁴ que classifico de

¹² Para uma apresentação e uma reflexão sobre a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia na área da educação, cf. Junqueira et al. (2007d).

¹³ Para uma reflexão sobre intertextualidade e interdiscursividade, cf. Fairclough (2001).

¹⁴ Emprego aqui a noção de “estratégia” no sentido conferido por Bourdieu (1992), portanto, não forçosamente como “uma busca intencional e antecipadamente planejada de objetivos calculados”, mas antes como linhas de ação objetivamente orientadas que os agentes sociais constroem continuamente na prática e que se definem no encontro entre o sistema das disposições e uma conjuntura particular dos campos sociais em que se encontram (BOURDIEU, 1992, p. 28). As estratégias adotadas pelos agentes dependem das posições que ocupam no seio do campo (isto é, na base da distribuição do capital e do poder específicos), bem como da percepção que eles têm do campo em si (BOURDIEU, 1992, p. 72). De todo modo, não se exclui que orientações do sistema de disposição possam ser acompanhadas por cálculos estratégicos de custo-benefício, que tendem a conduzir a um nível consciente as operações que o *habitus* efetua segundo a sua própria lógica (BOURDIEU, 1992, p. 98-99). A partir de tal compreensão, estratégias discursivas são construções em meio a espaços de disputas, restrições, possibilidades e interesses, que, entre outras coisas, fornecem direções, parâmetros, repertórios a agentes desigualmente dotados de capitais e de habilidades comunicativas. Tais agentes, em relação a seus interlocutores, além de diferentes posições e disposições, também podem gozar de variados graus de legitimidade, credibilidade e possibilidades de captação (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004) e de cooptação.

“negação”, “hierarquização”, “diversionismo”, “apelo ao senso de oportunidade” e “antecipação fatalista”¹⁵.

Negação

A negação pode ser literal, implícita ou interpretativa.

Na negação literal, nega-se de forma direta e categórica algo que seria irrefutável:

A homofobia não é um problema.

Enfrentar a homofobia não é assunto para políticas públicas.

As coisas não são assim.

Nessa escola, não temos gays nem lésbicas¹⁶.

Imaginemos, nesse último exemplo, ser verdade que não existam gays e lésbicas em nossas escolas¹⁷. Ficaríamos diante de quatro simples perguntas: que educação seria essa se estudássemos apenas o que supomos ter diante de nós? Para que mundo estaríamos preparando os(as) estudantes? Se lhes falamos somente sobre coisas e seres existentes em nossa realidade imediata, por que lhes falamos de “esquimós”, tigres de dente de sabre, sereias ou Atlântida? A escola é um ambiente suficientemente seguro para que sujeitos sexualmente dissidentes “saíam do armário” e afirmem-se publicamente enquanto tais?

Não lhes falamos de lésbicas e gays “porque na nossa escola gays e lésbicas não existem” ou será que gays e lésbicas “não existem” (são invisíveis) justamente porque não nos parece conveniente criar condições para falar deles(as)? Mesmo em caso de uma improvável inexistência de lésbicas e gays na escola, uma educação voltada para a promoção da cidadania não exigiria a elaboração de currículos mais abrangentes e o ensino de valores e práticas sociais acolhedoras de alteridades não notadas?

¹⁵ Valho-me da categorização utilizada por Cohen (2002) e Martins (2005), com acréscimos e adequações, principalmente no que se refere ao conceito de “negação”. Enquanto Cohen, ao falar de “estado de negação”, considera-o a partir do termo *Verleugnen* (recusa), prefiro trabalhar a negação aqui identificada como algo mais próximo da ideia de *Verneinung* (denegação).

¹⁶ Em casos como esses, dentro de certos limites e a benefício do interlocutor, pode-se supor a eventual ocorrência de genuína e perdável ignorância. Em outros, a negação literal dificilmente pode ser distinguível da temeridade intelectual.

¹⁷ É curioso que nesse debate não se mencionem especialmente as travestis. Supõe-se que já terão evadido, abandonado ou que a escola não seja lugar para elas? Isso lembra Aronson (1979, p. 187): “Quando nos convencemos de que um grupo não vale nada, é subumano, estúpido ou imoral, e desumanizamos os seus membros, podemos privá-los de uma educação decente, sem que nossos sentimentos sejam afetados”.

Quanto a “sair do armário”, Guacira Lopes Louro observa que a escola é:

[...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 1999, p. 30).

Ademais, não deixa de ser inquietante o fato de que a suposta ou a alegada ausência do “outro” não impossibilita que contra ele se elaborem e se predisponham representações estigmatizantes e se engatilhem mecanismos discriminatórios – ambos geradores não apenas de ambiências desfavoráveis à visibilização da alteridade, mas que também criam e sustentam uma atmosfera de condenação moral, que paira como uma ameaça sobre todos.

A negação pode mitigar-se, fazendo-se menos peremptória:

A homofobia parece ser um problema, mas sem gravidade.

Há aí uma negação do dano, uma tentativa de neutralizar a iniquidade de fenômeno, subestimando seus efeitos. A homofobia não é negada diretamente, mas de maneira, digamos, *mais* implícita (aliás, como as denegações tendem quase sempre a ser). Assim, na negação implícita, são negadas as suas implicações psicológicas, físicas, morais, políticas e, em geral, o interlocutor lança mão de arremedos de justificativas, racionalizações, evasivas, técnicas de fuga ou desvio etc. A tônica é a da banalização autoapaziguadora.

Não raro, a negação implícita se dá por meio de afirmações que parecem justificáveis:

Por que eu deveria me arriscar?

Em outros países é pior do que aqui.

De fato, podemos pouco diante das armas que alvejam travestis nas nossas avenidas ou dos que enforcam jovens gays ou apedrejam lésbicas no Oriente. Em nome de casos extremos, negam-se responsabilidades, significados, implicações, possibilidades de ação aqui e agora. E se alhures é pior, deveríamos concluir que vivemos no melhor dos mundos?

Isso não é assunto que deva ser necessariamente estudado nas escolas.

Nossos/as jovens não precisam estudar isso.

Deveríamos então supor que tais assuntos seriam inconvenientes e até danosos para a formação? Seriam as ruas, os hospitais ou a mídia os melhores (ou os únicos) espaços onde jovens podem aprender sobre sexualidade? Em vez disso, caberia admitir que nossos(as) jovens já estudam “isso”, mas a partir da perspectiva heteronormativa, na produção de corpos, sujeitos e identidades segundo a lógica da “heterossexualização compulsória” (BUTLER, 2003).

A negação pode ainda sofrer um deslizamento:

A homofobia até pode ser um problema, mas não é bem um crime.

Deveríamos supor que, por não ser “bem um crime”, estaríamos desobrigados, desautorizados ou impedidos de procurar enfrentá-la? Ademais, afirmar que algo “não é bem um crime” corresponde também a crer na existência de atos intrinsecamente (e naturalmente) criminosos. Ora, em dezenas de países, a prática da homossexualidade é ainda penalmente perseguida, ao passo que é crescente o número de sociedades que reconhecem a legitimidade da experiência homoerótica, consideram aviltante a discriminação anti-homossexual e tipificam-na como crime¹⁸.

Por meio da negação interpretativa, mais do que refutar diretamente o fenômeno, procura-se atribuir a ele um significado ou um contorno diverso. Por exemplo:

Será que é assim mesmo? Afinal, faltam dados, indicadores que comprovem que essa violência seja fruto da homofobia.

Mas, se eventualmente os dados existirem¹⁹, a negação poderá permanecer:

A correlação estatística entre agressões homofóbicas e suicídio entre jovens homossexuais não parece possuir um vínculo necessariamente causal.

¹⁸ Muito antes da *teoria da rotulação*, os precursores da sociologia jurídica já recusavam a ideia de “atos intrinsecamente criminosos”. A instituição de algo como “crime” se dá ao sabor da confluência de contextos sociopolíticos, ordenamentos, culturas jurídicas e sistemas simbólicos. Não existe um único ato que seja punido de forma consistente, universal e a-histórica (TREVES, 1988).

¹⁹ Também no terreno dos indicadores, a disputa é desigual. Sobre a homofobia, a ausência de indicadores é praticamente total. Diante dessa ausência e da relativa abundância de indicadores relacionados a “outros públicos” (por ex., classes, étnico-raciais e gênero), qual a espessura ética de uma decisão que, fundamentando-se unicamente em indicadores produzidos nos moldes tradicionais, desconsidera a necessidade de se enfrentar a homofobia, em nome de ausência de dados? De resto, a despreocupação (ou a recusa histórica) em se produzirem indicadores do impacto da homofobia por si só indica alguma coisa.

Finalmente, se há dados e correlações plausíveis, a negação interpretativa ainda pode subsistir:

As informações parecem muito localizadas (ou) são por demais qualitativas. Faltam dados quantitativos mais abrangentes.

E se retorna ao início.

Em outro exemplo desse tipo de negação, as discussões acerca do reconhecimento da diversidade são embaralhadas com as discussões relativas à distinção entre público e privado e às tensões entre o genérico e o específico:

Isso é uma questão de foro íntimo.

O que seria “de foro íntimo”, a homossexualidade ou a homofobia?

Muitos bem-pensantes preferem considerar a homossexualidade “uma escolha *privada* a ser respeitada e vivida com discrição no silêncio doméstico”. Isso equivale a dizer que, para ser “tolerada”, ela *não deve* adquirir visibilidade pública, ser objeto de reconhecimento social, gerar direitos ou merecer a atenção do Estado. Nesse caso, estamos diante de um exemplo nítido de “homofobia liberal” (BORRILLO, 2001, p. 78-91). Certamente, não deixa de ser curioso o fato de que muitos que insistem no caráter privado da homossexualidade, com certa frequência, podem ser os mesmos que advogam pela obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

Por sua vez, outros parecem acreditar que crenças e atitudes homofóbicas sejam produtos de recônditas manifestações do psiquismo e pertençam à esfera da intimidade inviolável. A estes caberia a pergunta: a homofobia possui efeitos tangíveis que extrapolam o nível do indivíduo homofóbico? Como poderia ser de foro íntimo algo eivado de preconceitos sociais e cuja expressão implica o não reconhecimento de direitos de cidadania e, até mesmo, a eliminação física de seres humanos?²⁰

Outros casos de denegação podem ser igualmente associados aos casos anteriores de negação, no entanto, apresentam nuances que merecem destaque.

²⁰ Em uma sociedade em que assuntos relacionados à moral sexual individual costumam assumir maior relevância do que temas de ordem ético-política, podem não causar espécie ou indignação declarações segundo as quais “é melhor ter um filho ladrão ou morto do que homossexual” ou que é preferível receber a pecha de “corrupto” a ter a masculinidade e a identidade sexual colocadas em dúvida.

Hierarquização

Aqui, a homofobia não é simplesmente negada, mas denegada por meio do estabelecimento de níveis de prioridade que nos obrigariam a adiar o seu enfrentamento. O impeditivo que se nos oferece é de ordem moral, pois aí o interlocutor nos coloca diante de “problemas reais”:

Devemos primeiro enfrentar a falta de escolas / o analfabetismo / a pobreza / a evasão escolar / a distorção idade-série / o racismo...

Pode parecer acaciano lembrar que a hierarquização tende a se (re)definir com base em um mosaico de disputas (sociais, simbólicas, econômicas, políticas etc.), que, por sua vez, se desdobram ao sabor de limitações objetivas das estruturas, da fluidez das conjunturas, das capacidades de articulação, pressão e cálculo de cada indivíduo ou setor envolvido. No entanto, é menos óbvio que, por vezes, tais disputas se fazem acompanhar da produção de uma moralizadora “matemática da culpa ou do horror” (ŽIŽEK, 2003, p. 68), por meio da qual o foco não é o da construção de indicadores sociais que orientariam políticas específicas, mas o da competição em torno da demarcação de quem seria a maior dor, a maior urgência, quem mereceria maior atenção, quem deveria ser atendido ou esperar, permanecer dentro ou fora, ser defendido ou abandonado²¹.

Seriam essas agendas excludentes e inconciliáveis ou deveriam receber tratamento integrado? Para que servirão as escolas às travestis que ficarão fora delas? Além do mais, se o racismo tiver de ser totalmente eliminado para só depois lidarmos com a homofobia, praticamente nunca nos ocuparemos dela, ainda mais se não percebermos a mútua alimentação entre esses dois fenômenos. A derrota dar-se-ia em ambas as frentes.

Diversão

Este caso aproxima-se da negação interpretativa, mas dela se distingue porque aqui o interlocutor, ao admitir a homofobia, exibe maior preocupação em introduzir novos problemas, apresentar argumentos fantasiosos e discutir aspectos nitidamente escapistas ou pouco relevantes, procurando dar novo rumo à discussão:

²¹ A economia moralista dessa matemática pode fazer com que cifras eventualmente idênticas tenham pesos diferentes. O clamor público pode variar segundo *quem* é identificado como *autor* ou como *alvo* da violência. Nesse caso, a distinção entre “vítima inocente” e “alguém que foi procurar encrenca” é eloquente.

Isso é muito complexo.

A escola não está preparada.

Os PCN já dão conta.

É suficiente falarmos em direitos humanos.

Os professores não estão interessados (ou) estão muito ocupados com outros projetos.

Já temos muitas frentes de trabalho e não precisamos abrir mais uma.

Isso é coisa para o pessoal da saúde.

É complicado, e quem sabe o que está acontecendo com nossos jovens?

Não é preciso muito esforço para convir que nada em matéria de educação é simples e que a escola dificilmente irá se preparar antes e sozinha em relação ao reconhecimento da diversidade sexual. Precisaríamos também nos perguntar por parte de quem de fato não há interesse?²² Ademais, é pouco provável que os projetos em curso não possam incorporar o tema. Insistir em relegar a discussão para o pessoal da saúde significa manter uma postura medicalizante (ou pior: genitalizante) e não reconhecidora de direitos que, aliás, os/as agentes de saúde vêm, cada vez mais, recusando-se a adotar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, publicados pelo Ministério da Educação em 1998, permanecem uma referência quanto às temáticas de gênero e sexualidade, mas estão muito distante de conseguir “dar conta” delas. Sem terem se enraizado na cultura dos sistemas de ensino, dificilmente poderiam levar a cabo esse desafio, quer por falta de respaldo em políticas educacionais específicas, quer por suas insuficiências em relação a essas temáticas (JUNQUEIRA et al., 2007, p. 11-15). Os PCN foram o primeiro documento oficial do MEC a associar a sexualidade à ideia de prazer, no entanto, sem fazer uma menção adequada às homossexualidades e mantendo total silêncio sobre as transgeneridades. A noção de “orientação sexual” ali empregada e a tematização das doenças sexualmente transmissíveis, da Aids e da gravidez adolescente, aliadas a um discurso em torno da responsabilização dos sujeitos, não ensejaram o alargamento e o aprofundamento do debate em termos mais críticos, plurais e inovadores (LOURO, 2004a, p. 130; LOURO, 2004b, p. 36).

²² Além de verificar se existe “desinteresse”, seria necessário distingui-lo de “recusa” (*Verleugnung*).

Difícilmente, lograremos avanços significativos se falarmos em “direitos humanos” de maneira vaga e imprecisa, mantendo os pressupostos acima mencionados ou os que caracterizam o discurso “multiculturalista liberal” (ou liberal-conservador)²³. Aqui, limito-me a notar que, vista a partir da tônica da prevenção de doenças e não da promoção de uma cultura dos direitos (na qual estariam incluídos os direitos sexuais, entendidos de maneira plural e em favor da autonomia dos sujeitos), a sexualidade poderá permanecer no plano do risco e da ameaça. Em tais circunstâncias, os discursos e as práticas tenderão a reverberar e a alentar as mobilizações conservadoras que, desde os anos 1970 nos Estados Unidos e na Europa, vêm preconizando uma política sexual voltada a conter as “ameaças à família” e à normalidade heterossexual (WEEKS, 1999, p. 76-77).

Apelo ao senso de oportunidade

Este fala por si:

Ainda é cedo.

Isso é cultural, não convém forçar uma mudança abrupta e extemporânea.

Não dá para ser assim. Antigamente era muito pior. E isso que os gays querem é coisa que só os netos de nossos netos poderão ver.

Não há clima nesse momento.

Isso pode corroer a nossa sustentação política.

O futuro é eternamente adiado e a tarefa, confiada ao “tempo natural das coisas”, às gerações vindouras. O “clima” não poderia resultar da nossa capacidade de intervenção no cenário? Teríamos também de nos interrogar acerca de que aliados queremos e que novas alianças podemos estabelecer. Isso sem deixar de notar que a temática da promoção do reconhecimento da diversidade sexual e da problematização do sexismo e da homofobia costuma ser, sistematicamente, a última da fila.

Antecipação fatalista

Como no caso anterior, ressaltam-se dimensões negativas das ações de reconhecimento da diversidade e de crítica da homofobia. O “apelo ao senso

²³ É intenso o debate em torno dos multiculturalismos. Cf. BAUMAN (1998, 2003a, 2003b); BHABHA (1997, 2001); HARVEY (2002); LEGHISSA; ZOLETTO (2002); SILVA (2000, 2002); WIEVIORKA (2003); ŽIŽEK (2003).

de oportunidade” nem sempre pressupõe uma impossibilidade incontornável: em certos momentos, parece subsistir uma esperança em algo melhor, em um futuro longínquo. Não é este o caso agora. Antecipa-se uma catástrofe: a partir de uma perspectiva de “futuro anunciado”, a ênfase é no fatídico caráter desestabilizador dessas iniciativas, que teriam como efeito perverso o agravamento irremediável da situação.

Não vai adiantar.

Nossa contribuição não fará nenhuma diferença.

Sempre foi assim e continuará sendo em todo o mundo.

Vai gerar uma reação homofóbica contra a qual não estamos preparados.

Toda ação política está sujeita a reações e a efeitos inesperados. Não agir em função disso seria adotar a paralisia em relação a tudo. Mantermo-nos em um estado de omissão e cumplicidade quanto à homofobia já seria uma ação – não a mais democrática – que também estaria sujeita a reações e a ulteriores efeitos.

Particularmente nesse caso, há denominadores comuns nas enunciações que favorecem uma visão reacionária e niilista do gênero humano. A homofobia (assim como o sexismo e o racismo) seria subproduto de uma predisposição inata e inarredável, inscrita nos neurônios, no patrimônio genético ou decorrente de uma necessidade natural, imanente e incontornável que as relações sociais fatalmente produziriam. Quando muito, poderíamos tentar convencer a pessoa homofóbica a parar de raciocinar mal?

Quanto ao argumento de que não adianta agir para superar a homofobia e seus efeitos, cabe considerar, entre outras coisas, que se o que movesse as pessoas que se empenham contra as iniquidades fosse unicamente a lógica dos resultados imediatos, muitos(as) ativistas já teriam desertado desse palco de lutas.

Em vez de concluir...

Por meio desse pequeno conjunto de fragmentos discursivos, não pretendi esgotar o rico universo das possibilidades de posicionamento e do uso de artifícios retóricos por parte de gestores públicos com os quais estive em contato em diferentes situações. Aliás, é preciso dizer que também houve os que, desde logo, dispuseram-se a contribuir na construção de políticas de reconhecimento da diversidade sexual.

Além disso, não creio ser o caso de objetivar necessariamente como “homofóbicos” os “donos das vozes” aqui analisadas. De todo modo, considero relevante sublinhar que, conforme se verificou, esses sujeitos-suporte, que agem a partir do “lugar de fala” de agentes públicos ocupantes de posições que os dotam de certo poder de decisão, exprimem estratégias de resistência (ou de reação, se preferirmos) às crescentes reivindicações e às tentativas de se dar encaminhamento aos compromissos assumidos no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia. Essas estratégias são urdidas a partir de um “estado de negação” que indica a direta influência de um conjunto estruturante de matrizes heteronormativas e homofóbicas. Estas, por sua vez, exercem influência estruturante no que concerne a modos de ver e de explicar o mundo social e as correlações de força no interior de (e entre) diversos espaços sociais de conflitos e concorrências como escola, família, igreja, Estado etc.

Desse modo, repelindo interpretações tributárias da “teoria da conspiração”, não se tratava de perscrutar as razões pessoais e os cálculos políticos imediatos que possam mover agentes públicos a resistirem a medidas de promoção da diversidade sexual nas escolas. Antes me pareceu mais adequado identificar estratégias discursivas adotadas pelos agentes públicos, problematizar seus argumentos e perquirir modos de interpelação de matrizes de enunciações sintonizadas com os ditames da heteronormatividade.

Estados de negação, estratégias discursivas e táticas persuasivas tais como as aqui analisadas se enredam, reverberam antigas enunciações (inclusive de cunho religioso) e desencadeiam inúmeros efeitos. Mesmo que retórica, uma resposta não expressa apenas um posicionamento de alguém diante de uma “questão”, mas também pode passar a situá-lo perante essa mesma questão. E isso, evidentemente, tende a incidir nos modos de ver e de agir de outrem, especialmente se a resposta provém de sujeitos em posições dominantes no interior de espaços em que posturas consideradas polêmicas por parte de subalternos não sejam bem-vindas e costumam comportar perdas significativas de capital social e político (RIBEIRO, 2008).

Diante da ausência de um confronto público e de um debate mais amplo, várias das respostas aqui analisadas – muitas vezes expressas com pouca ou nenhuma sofisticação ou consistência técnica – tendem, em ambientes mais restritos, a soar como razoáveis ou até inquestionáveis. Completam (agravando) esse cenário, entre outras coisas, os silêncios cúmplices, os subentendidos naturalizadores, as insinuações intimidatórias, as extenuantes tramitações burocráticas, as espoliantes mudanças de repartições em função das perdas de cargos por parte de sujeitos que parecem ter

dificuldades para “entender o recado”. Em quase todos os casos, saber que se pode quase sempre contar com o respaldo de um sentimento homofóbico socialmente difuso parece contribuir para conferir a esses bem-pensantes a serenidade e a certeza de terem tomado a decisão correta.

Agora, diante de tal cenário, parece ser urgente investirmos na transformação profunda do campo do poder, não apenas do campo do Estado. Tal empenho, ainda que tardio, não viria em má hora, afinal deve estar nítido para muitos que tais estratégias se relacionam tanto à produção e à reprodução de sistemas de crenças quanto à reiteração de correlações de forças extremamente opressivas em relação a todos os sujeitos sexualmente dissidentes. Mas isso talvez ainda não incomode muita gente. Por isso, precisamos ser cada vez mais enfáticos ao afirmar que, por a heteronormatividade e as normas de gênero estarem na ordem das coisas, o peso da homofobia grava sobre os ombros de todos. Na escola, a homofobia deseduca e afeta a formação de todas as pessoas. O prejuízo é geral, embora alguns sejam chamados a pagar uma conta bem mais alta.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.
- ARONSON, Elliot. *O animal social*. São Paulo: Ibrasa, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Intervista sull'identità*. Bari: Laterza, 2003a.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b.
- BHABHA, Homi K. (Cur.). *Nazione e narrazione*. Roma: Meltemi, 1997.
- _____. *O local da cultura*. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Risposte: per un'antropologia riflessiva*. Torino: Bollati Boringhieri, 1992.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.
- CARRARA, Sérgio et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COHEN, Stanley. *Stati di negazione: la rimozione del dolore nella società contemporanea*. Roma: Carocci, 2002.
- CONNELL, Robert W. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California, 2005.
- CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul./dez. 2006.
- ECO, Umberto. Definições. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Dir.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FREUD, Sigmund. *A negativa*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- HARVEY, David. *La crisi della modernità: riflessioni sulle origini del presente*. Milano: Net, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas*, Natal-RN, v. 1, n. 1, jul./dez. 2007a.

_____. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula R. C. et al. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007b.

_____. Por uma pedagogia da diversidade de corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula R. C.; QUADRADO, Rachel Pereira; MAGALHÃES, Joanira C.; SILVA, Fabiane Ferreira da (Org.). *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007c.

_____.; CHAMUSCA, Maria Adelaide. *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília: Ministério da Educação, 2007d.

_____. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, Unesco, 2008. (No prelo).

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da Psicanálise Laplanche e Pontalis*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEGHISSA, Giovanni; ZOLETTO, Giovanni (Cur.). *Aut Aut: gli equivoci del multiculturalismo*, Firenze, n. 312, nov./dic., 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. (Org.). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, Sales A. dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC, 2005.

PRADO, Marco Aurélio M.; RODRIGUES, Cristiano Santos; MACHADO, Frederico Viana. *Participação, política e homossexualidade: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ciclo de palestras sobre ética*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático à sexualidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 26, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. *Nuances: identidades e política ou Sair do armário e entrar na gaveta*, 2001. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com.br>>. Acesso em: 6 out. 2005.

TREVES, Renato. *Sociologia del diritto*. 2. ed. Torino: Einaudi, 1988.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...* São Paulo: Moderna, 2004.

VENTURI, Gustavo. Intolerância à diversidade sexual. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 78, jul./ago. 2008.

WARNER, Michael. *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WIEVIORKA, Michel. *La differenza culturale: una prospettiva sociologica*. 2. ed. Roma: Laterza, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do Real!*. São Paulo: Boitempo, 2003.

